

Os índices de desenvolvimento para o Estado do Piauí

LAIRA MARIA ALCOBACA GOMES*

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento humano em sua divulgação pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início da década de 90, e está associado ao ciclo de conferências sociais da Organização das Nações Unidas (ONU).

A concepção de desenvolvimento humano se apresenta como uma alternativa à visão mais tradicional e estritamente econômica do processo de desenvolvimento. Nessa concepção estão presentes três princípios básicos: *desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.*

Do ponto de vista do desenvolvimento humano o relevante não é apenas a magnitude de expansão da atividade produtiva, mas sua natureza e qualidade. Isto é, a forma pela qual os frutos do crescimento econômico são partilhados. Nesse contexto, o desenvolvimento humano pressupõe a identificação e implementação de trajetórias de crescimento econômico que viabilizem um desenvolvimento sustentável.

Os novos condicionantes do processo de desenvolvimento humano no Brasil são um novo padrão demográfico brasileiro, caracterizado pela queda acentuada da taxa de fecundidade e o declínio, rápido, da proporção de jovens, enquanto a proporção de idosos cresce ainda muito lentamente; as exigências do crescimento econômico e da formação de uma economia global que exige uma política de estabilização para controle da inflação, difusão de um novo paradigma tecnológico e organizacional, competitividade comercial do país no contexto do processo de globalização e da constituição do Mercosul; e a definição dos níveis de utilização dos recursos naturais que não impliquem em degradação e exaustão, para qualquer tentativa de delinear e perseguir trajetórias de sustentabilidade.

O reconhecimento desses condicionantes demográficos, econômicos e ambientais podem consolidar uma trajetória estável de expansão no Brasil, com melhor distribuição interpessoal e interregional dos frutos do crescimento e redução da pobreza.

2. Os índices de desenvolvimento

Nessa seção, conceituam-se os índices de desenvolvimento humano, social e de bem-estar rural que foram utilizados para mensurar o grau de desenvolvimento do Brasil, de suas Macrorregiões e Estados.

2.1 Índice de desenvolvimento humano (IDH)

O índice de desenvolvimento humano (IDH) proposto pelo PNUD é um indicador que tenta captar e sintetizar as diversas e complexas dimensões do processo de desenvolvimento humano. Esse índice vem sendo calculado ao nível

mundial desde 1990.

O IDH é composto por variáveis que medem a longevidade, o nível educacional e a renda. Essas variáveis sofrem alterações desde 1990 e as estabelecidas no Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil em 1996 seguem a metodologia do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 1995.

As variáveis são a esperança de vida ao nascer para indicador de longevidade, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior, reunidas num indicador único através de média ponderada, com pesos dois e um, respectivamente para o indicador do nível educacional e a renda per capita para o indicador do acesso a recursos (padrão de vida).

Um dos problemas metodológicos que se apresenta no IDH é combinar indicadores medidos em diferentes unidades. Então, para encontrar uma medida comum, o IDH considera um mínimo e um máximo para cada dimensão e mostra onde cada país ou estado está em relação a estes valores extremos.

A etapa inicial de construção do IDH é definir a medida da privação de uma dada região em relação a cada uma das quatro variáveis consideradas. A medida é obtida situando-se o valor efetivamente observado para a variável na região em uma escala de 0 a 1, limites que correspondem ao valor mínimo e máximo que pode ser atribuído à variável.

Os limites mínimo e máximo estabelecidos foram os seguintes: para esperança de vida ao nascer, 25 e 85 anos; para taxa de alfabetização dos adultos, 0% e 100%; para a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior, 0% e 100%; e para renda real per capita, US\$ 100 e US\$ 40.000. Com esses limites, o valor de cada um dos indicadores que compõem o IDH é definido para cada região pela expressão $\text{Indicador} = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$. A etapa final consiste em agregar os indicadores de longevidade, educação e renda em um indicador único, através da média simples dos valores obtidos pelas três dimensões:

$$I = (L + E + R) / 3$$

sendo I , o indicador de longevidade, E , o indicador de nível educacional e R , o indicador renda. Esses índices, calculados para regiões geográficas e estados revelam um perfil mais pormenorizado da privação de cada região ou estado. Por isso é uma ferramenta indispensável para o planejamento do desenvolvimento e sua avaliação. O IDH apresenta-se como alternativa ao PIB para medir o progresso sócio-econômico relativo, em nível nacional e internacional, habilitando as pessoas e os seus governantes a avaliar permanentemente o progresso e a definir políticas de intervenção. O IDH permite comparar as

experiências em diferentes países, estados e municípios.

2.2 Índice de desenvolvimento social (IDS)

Rodrigues (1994a) propõe o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que fundamenta-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das Nações Unidas e visa ao ordenamento dos países ou estados pesquisados segundo os valores obtidos para os indicadores selecionados. A autora tenta diferenciar os dois índices acima, incorporando a idéia de que, para os países em desenvolvimento, urge introduzir um conceito intermediário de desenvolvimento que extrapole a noção de crescimento econômico e que também não pretenda avaliar somente o grau de realização pessoal dos indivíduos. Para o caso do Brasil, a autora considera fundamental incorporar uma medida de desigualdade da distribuição da renda na composição do índice de renda. Os indicadores mais utilizados, em nível internacional, são o Coeficiente de Gini e a razão da participação na renda de diferentes estratos da população.

O IDS (versão de fevereiro de 1994) resulta da média aritmética simples dos índices parciais, construídos a partir dos indicadores saúde, educação e renda, pois esses três indicadores são igualmente importantes do ponto de vista do bem-estar. Esses indicadores parciais são calculados através da média ponderada entre as variáveis esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil (indicador de saúde); taxa de analfabetismo de adultos, escolaridade média e taxa de escolaridade básica deficiente (indicador de educação); e renda média da PEA com rendimento e razão entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres (indicador de renda).

2.3 Índice de bem-estar social para a agricultura (IBES)

Kageyama e Rehder (1993) propõem dois tipos de índices compostos para avaliar o bem-estar no setor agrícola brasileiro. Um baseado na metodologia da ONU e procedimentos básicos do IDS de Rodrigues (1994a), denominado IBES (Índice de Bem-Estar Social Rural) e outro, o IBES-Média, que avalia o bem-estar ao longo do tempo.

Esses índices são construídos a partir da média aritmética dos quatro índices parciais (domicílio, condições de trabalho, educação e renda), obtidos através das médias ponderadas dos indicadores originais (canalização interna de água, iluminação elétrica, geladeira, etc.).

A diferenciação básica entre os dois índices é que os indicadores originais são padronizados, isto é, convertidos em índices simples para construção dos índices parciais no IBES e no IBES-M, os índices parciais são calculados diretamente dos indicadores originais.

2.4 Os índices de desenvolvimento social e humano para o Estado do Piauí

Os índices de desenvolvimento humano (IDH), social (IDS) e bem-estar rural (IBES), calculados nos estudos do IPEA (1996), Rodrigues (1994a) e Kageyama e Redher (1993), respectivamente, são utilizados para mostrar o grau de desenvolvimento do Estado do Piauí.

O índice de desenvolvimento social (IDS) é a agregação dos resultados dos indicadores saúde, educação e renda, decodificados numa escala entre zero e um. Quanto mais próximo de um, melhor terá sido a performance dos indicadores sociais de um dado estado em termos da realidade social brasileira dos anos 80, e vice-versa.

A TABELA 1 apresenta os indicadores de saúde, educação e renda e o IDS para 1980/1984 e 1990.

Os resultados de Rodrigues (1994a) apontaram três grupos de estados com padrões de desempenho distintos entre si, que os caracterizam como de elevado, médio e baixo desenvolvimento em saúde, educação e renda, no cenário brasileiro.

O Piauí faz parte do grupo de estados de baixo desenvolvimento. O índice de saúde foi o que obteve melhor desempenho, passando de 0,335 em 1980 para 0,727 em 1990. Esse índice obteve elevação devido, em parte, ao decréscimo da mortalidade infantil. Convém alertar que esses dados sobre mortalidade infantil podem estar falseados pela falta de registro de nascimento. Segundo informações divulgadas na Folha de São Paulo, de 17/11/96, há, no Brasil, 50 milhões de pessoas sem registro de nascimento, não tendo, portanto, existência legal. No Piauí, a estimativa elaborada por Simões (1996) é de que 72,07% dos piauienses vivem e morrem sem registro de nascimento, percentual superado apenas pelo Maranhão, com 81,96%. Para o total da população brasileira, esse percentual é de 30,56%.

Quanto ao indicador de educação, o Piauí ocupa o 19º lugar, o penúltimo na classificação geral dos estados brasileiros, com índice de 0,031, em 1984, e 0,153, em 1990.

Pelo critério da renda, a autora classifica o Piauí no 20º lugar em 1984 e 1990, entre os vinte Estados considerados, com os índices de 0,037 e 0,000, respectivamente.

Em resumo, o grupo de baixo desenvolvimento social engloba todos os estados do Nordeste. O Piauí atinge IDS de 0,134 em 1980/84 e 0,293, em 1990, classificando-se em 18º lugar e 16º lugar, respectivamente. O IDS cresceu em todos os estados no período de 1984 a 1990, o que, particularmente no Piauí, decorreu da elevação do índice da saúde. O índice de desenvolvimento humano (IDH) torna-se o ponto de partida para o exame do estágio atual do desenvolvimento humano no Brasil e dos desníveis regionais. O IPEA (1996) calcula o IDH para o país e cada um dos estados.

Os resultados dos IDH para os estados apontam três "Brasis", segundo parâmetros definidos pelo PNUD para comparações internacionais: 1. elevado nível de desenvolvimento humano (Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo);

2. médio nível de desenvolvimento humano (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Roraima e Amapá); 3. Baixo nível de desenvolvimento humano (Pará, Acre e os estados da Região Nordeste).

A TABELA 2 mostra o IDH e seus componentes para o Brasil, Nordeste e Piauí, em 1991. Verifica-se que o índice de esperança de vida ao nascer no Piauí (0,69) é maior do que no Nordeste (0,57). O índice de educação do Piauí (0,61) equipara-se ao do Nordeste (0,62), mas está bem abaixo do índice no Brasil (0,76). O índice da renda no Piauí é 2,0 vezes e 4,1 vezes menor que no Nordeste e Brasil, respectivamente.

A Região Nordeste (IDH igual a 0,548) é identificada como de baixo desenvolvimento humano, incluindo os seus nove estados. No Piauí, o IDH é de 0,502, acima, apenas, dos índices dos estados de Alagoas (0,500) e Paraíba (0,466).

As diferenças nas posições são explicadas pelos desempenhos com relação à esperança de vida ao nascer ou ao nível educacional. Ocorre uma forte correlação positiva entre a posição ocupada pelo estado em relação à renda *per capita* e ao nível de escolaridade, isto é, os estados com renda *per capita* mais elevada apresentam também alto nível de escolaridade. E a variável esperança de vida é a que apresenta maior discrepância com as demais na ordenação.

Para Kageyama e Redher (1993), a evolução do bem-estar rural na década de 80 teve um sentido regional divergente, aumentando as disparidades regionais, posto que os maiores progressos ocorreram nos estados de agricultura moderna.

O índice de bem-estar social rural (IBES) coloca o Piauí em 20º lugar entre os 20 estados analisados por Kageyama e Redher (1993), tanto em 1981 quanto em 1990. O estado apresenta, também, os piores índices parciais em relação ao Brasil e aos nove estados nordestinos, seja na metodologia da ONU, seja na da média aritmética. O grau do bem-estar rural é influenciado pela produtividade do trabalho e urbanização. Em 1990, essa influência é positiva para as duas variáveis, que explicam 80% da soma de quadrados, ou seja, da variabilidade do bem-estar rural, segundo resultados obtidos por Kageyama e Redher (1993). Concluem os autores que as diferenças das condições de vida (bem-estar) da população rural no Brasil podem ser explicadas pela produtividade e urbanização, fatores que representam os eixos do desenvolvimento econômico sobre o bem-estar rural.

Os índices IDH (PEA, 1996) e IDS (Rodrigues, 1994a) apontam o baixo nível de desenvolvimento humano e social do Piauí. No que diz respeito à renda e educação, o Piauí é o estado com os piores índices do Nordeste. O índice da saúde é o melhor colocado pela baixa mortalidade e alta esperança de vida ao nascer frente ao Brasil e Nordeste, mas não se pode esquecer do problema da falta de registro, que permite questionar esses dados.

JARA M. ALCOBACA GOMES é professora do Curso de Economia/UFPL Mestre em Economia Rural pela UFPB-CG e doutoranda em Economia Aplicada na USP/ESALQ.

TABELA 1. Indicadores de saúde, educação e renda e o índice de desenvolvimento social (IDS) para o Brasil, Nordeste e Piauí em 1980 / 1984 e 1990

Índices	Brasil	Nordeste		Piauí	
		Índice	Classificação ⁽¹⁾	Índice	Classificação ⁽²⁾
Saúde					
1980	0,528	0,217	4	0,335	14
1990	0,755	0,547	4	0,727	12
Educação					
1984	0,530	0,177	4	0,031	20
1990	0,626	0,264	4	0,153	20
Renda					
1984	0,388	0,135	4	0,037	20
1990	0,370	0,148	4	0,000	20
IDS					
1980/1984 ⁽³⁾	0,485	0,176	4	0,134	18
1990 ⁽⁴⁾	0,584	0,320	4	0,293	16

Fonte: Dados extraídos de Rodrigues (1994).

Notas: (1) Considerando as quatro macrorregiões brasileiras. (2) Considerando vinte Unidades da Federação. (3) Acima dos Estados da Paraíba (18) e Ceará (20). (4) Acima dos Estados do Ceará (17), Maranhão (18), Alagoas (19) e Paraíba (20).

Tabela 2. Índice de desenvolvimento humano (IDH) para Brasil, Nordeste e Piauí - 1991.

Unidade	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (%)	PIB per capita US\$	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de PIB	Índice de desenvolvimento humano
Brasil	66	79,9	68	2,920	0,69	0,76	0,94	0,797
Nordeste	59	62,4	60	1,426	0,57	0,62	0,46	0,548
Piauí	65	58,3	65	746	0,67	0,61	0,23	0,502

Fonte: IPEA (1996, p.169)

Nota: coluna 2, referente à população com 15 anos ou mais; coluna 3, percentagem da população de 7 a 22 anos.